

AS CIÊNCIAS HUMANAS NA ANÁLISE DO CAOS CONCRETO EVIDENCIADO PELO PERÍODO PANDÊMICO

Mayara Xavier Gonzalez Rachid

Sandra Braga Freire

Júlio César Pereira Leite

Vinicius Ferreira de Carvalho

INTRODUÇÃO

Diante do caos estabelecido pelo período pandêmico que evidenciou as nervuras do sistema capitalista e sua necessidade de se alimentar de crises, sobretudo quando estas propõem maior lucro e expropriação sobre as camadas mais pauperizadas da sociedade, nos colocamos a refletir, dentro do processo, qual a efetiva contribuição das ciências humanas na análise e busca por mecanismos de superação deste caos.

Por análise tomamos a conceituação elaborada por Vigotski (2000, 2007) que assevera que a análise é o que há por detrás da forma exterior das manifestações dos objetos e a investigação das *propriedades fundamentais características do conjunto que constitui a parte viva e indivisível da totalidade*.

Desta feita, é válido assumir que este artigo irá se distanciar da mera descrição para ter como procedimento metodológico deslindar as aparências de um determinado fenômeno e dar um salto para além da aparência da realidade concreta no

intento de compreender seu movimento dialético e as possibilidades e entraves para a contribuição das ciências humanas, identificando as ações e operações necessárias para ser combativo às tentativas de obscurecer o conhecimento científico feitas pelo sistema e pelo atual governo brasileiro.

Vigotski (1996) indica que para o pesquisador estudar determinados fenômenos da realidade objetiva, ele deve provocar, criar e analisar o modo como se formam e se desenvolvem no próprio processo de formação e transformação dos objetos de estudo. E cá estamos, dentro do redemoinho, vendo o monstro de perto, *participando* do processo.

É só do lado de cá que é possível esclarecer e evidenciar os vínculos ocultos que às vezes não são visíveis à simples observação ou compreensíveis por meio da mera descrição. A forma mais desenvolvida de um fenômeno não se apresenta ao pesquisador de forma imediata, mas de maneira mediatizada pelos processos de análise. Vigotski (1993, p. 216) aponta, à luz da teoria marxiana, que “‘se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem, toda ciência seria supérflua’ [...]. Esse é o quid do conceito científico. Seria supérfluo se refletisse o objeto em sua manifestação externa como conceito empírico”.

Assim, as ciências humanas, a partir da perspectiva histórico-cultural, assumem seu viés filosófico, em que as necessidades, motivos e até mesmo a curiosidade mobiliza os indivíduos ao conhecimento das causas, dos porquês e da gênese das coisas. Sendo a curiosidade um dos princípios da filosofia, que pode ser alimentado dialeticamente na medida em que necessidades e motivos sempre são alterados pela realidade concreta, compreende-se o porquê o período pandêmico suscita tantas incógnitas.

Como assevera Aristóteles:

De fato, os homens começaram a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração, na medida em que, inicialmente, ficavam perplexos diante das dificuldades mais simples; em seguida, progredindo pouco a pouco, chegaram a enfrentar problemas sempre maiores [...]. (ARISTÓTELES 2002. p. 11).

Desta feita, a contribuição das ciências humanas alcança *para-além-de-si*, ultrapassando a realidade fenomênica e indo em busca da essência, o que quer dizer que ela tem muito a dizer acerca do momento escancarado pela covid-19. É como se a pandemia fizesse cair as cortinas dos bastidores do sistema e fizesse com que o público contemplasse o *espetáculo* da coxia e não mais da plateia.

CONHECIMENTO SOBRE O HUMANO E AS COLETIVIDADES

“E eles me mostraram um mundo

Onde eu podia ser tão confiável

Clínico, intelectual, cínico

(...)

Você não me diria, por favor, o que nós aprendemos?

Eu sei que parece absurdo

Mas por favor me diga quem sou eu.”

Trecho da música “The Logical Song”, da banda Supertramp.

Como em um estalar de dedos, sociedades habitantes do Planeta Terra se veem diante de uma ameaça iminente às suas vidas e integridade física, de acelerada propagação em razão de um mundo altamente interconectado em seus processos. Sim, estamos nos referindo ao modo colonial imposto para prover a existência nas sociedades hegemônicas, materializado pela forma capitalista e sua atual roupagem neoliberal, com os seus efeitos deletérios sobre a Terra, cujo acentuado desequilíbrio e agressão se manifestam de modo visível através das mudanças climáticas e da crescente degradação das condições de vida humana em geral. Passou longe do exagero quando a diretora geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), Audrey Azoulay, afirmou que as conclusões de Relatório sobre o impacto humano no Planeta, publicado em maio de 2019, fruto do trabalho de pelo menos 400 especialistas de 50 países, colocavam o mundo “em aviso prévio”, pois, afinal de contas, ao menos 1 milhão de espécies se encontram ameaçadas, além de a biodiversidade e as funções essenciais dos ecossistemas já se encontrarem consideravelmente deterioradas pela atividade da praga denominada cultura ocidental hegemônica.

Ao contrário do que ocorre com a covid-19, a ciência da medicina não possui vacinas para o tratamento dessa doença crônica. Vale ainda a nota de que o surgimento das vacinas não desfaz o período, tampouco traz de volta as vítimas do período pretérito à uma imunização global efetiva.

No que se refere a tal período, não havendo vacina que imunizasse nem tratamento alopático que resolvesse, coube ao confinamento – o assim chamado isolamento social –, depois alternado com o distanciamento, o papel de ser a ferramenta crucial para o enfrentamento da pandemia. Visto por outro ângulo, o tratamento médico se converte em modos de comportamento humano e organização social. Passa-se a depender da conduta das pessoas e da capacidade de

coordenação social em um sentido desejável, com o intuito de assegurar valores caros à coletividade, notadamente a vida e a saúde. Dando um passo à frente, é demandado da população, suas instituições e lideranças, medidas que possuem por base o conhecimento a respeito dos seres humanos e das sociedades. Se é ileso a dúvidas que não se faz uma vacina ou remédio a partir do nada ou de acordo com instruções colhidas em correntes de redes sociais, sendo necessário para tanto conhecimento elaborado, é razoável supor que interferir no comportamento de pessoas e na estrutura e funcionamento da sociedade igualmente não se faz sem o suporte do conhecimento. Porém, mais do que isso, também para se chegar às vacinas e remédios, não se prescinde do conhecimento sobre o humano e o social: basta constatar que pesquisas em ciências ‘exatas’ ou biológicas são feitas por pessoas, em instituições, viabilizadas por políticas e servem para atingir determinada finalidade. Na realidade, a separação estanque entre as ciências ditas duras e as sociais e humanas não resiste a muito tempo de debate, operando-se apenas como uma ilusão, em cima da qual relega-se as últimas ao apagamento e depreciação. Cabe evidenciar esse erro e tentar destrinchar as suas razões.

O que sociólogos, antropólogos e filósofos têm a ver com o combate à uma epidemia? Foi colocando o dinheiro neles que a Organização Mundial de Saúde orquestrou e executou com sucesso a primeira campanha de erradicação em escala global de uma doença que vitimava pessoas em todo o mundo havia séculos: a varíola, entre os anos 60 e 70 do século passado. A ciência médica já demonstrara a eficácia da vacina havia 175 anos, pelo trabalho liderado por Edward Jenner; entretanto esse foi apenas um primeiro passo, obviamente crucial, mas não o bastante. Para erradicar a varíola era preciso planejar e pôr em prática uma *política* eficiente, a qual não se faz sem um conhecimento adequado do seu objeto: as pessoas e as coletividades.

E isso é demonstrável: o historiador Sidney Chalhoub (2017), em estudo acerca das epidemias no período do Império e início da República no Rio de Janeiro, relata as tentativas de enfrentamento à varíola, por meio de campanhas de vacinação, para as quais havia uma dificuldade enorme de adesão da população. Em uma das freguesias da cidade, denominada Porto Novo do Cunha, com considerável epidemia de varíola, houve baixa adesão à vacinação, em virtude, dentre outros fatores, da crença de que a vacina poderia fazer contrair a doença. De certo modo, havia resistência generalizada à vacinação em muitos lugares. Referido autor menciona o estudo de Teresa Meade (1984), que buscou desvendar as possíveis causas da Revolta da Vacina, de 1904, o qual concluiu que “havia uma desconfiança já de longa data em relação à atuação dos funcionários da

higiene – sempre apoiados no aparato policial – visando promover desinfecções, despejos e demolições de cortiços e moradias pobres”, além de, acrescenta o autor “reprimir práticas populares de cura.” (CHALHOUB, 2017, p. 116-7). Uma das estratégias adquiriu caráter normativo-repressivo, através da instituição de multa e fiscalização ostensiva. Em vão: as pessoas forneciam endereços falsos ou não compareciam aos postos com medo de serem multadas caso não retornassem (era necessário o retorno após certo período da primeira vacina). A fiscalização era muito difícil, porque muitas pessoas não possuíam documentos, mesmo com sinais de que haviam sido vacinadas. Outras acusavam os fiscais de confiscarem o documento e recorriam aos vereadores, os quais, por razões políticas e populistas, se voltavam contra o Instituto de Vacinação, afetando o concerto da ação pública.

Para lidar com a mesma sorte de problemas e complexidades, a Organização Mundial de Saúde percebeu que seria necessária, inicialmente, uma ação planejada e consonante entre as nações, cooperando por um objetivo comum e utilizando a estrutura de governança de uma organização internacional, com aceitação de suas diretrizes. Esse esforço foi aprovado por unanimidade em plena Guerra Fria. Em segundo lugar, logo se constatou a necessidade de uma equipe interdisciplinar. Fenner F. et. al. relatam:

Eles acreditavam que gerentes generalistas, em vez de epidemiologistas ou outros especialistas, eram suficientes para essa tarefa. Era evidente desde o início, porém, que o desafio era muito maior do que a aplicação direta da vacina. Era necessário adaptar os programas de vacinação a diferentes situações administrativas, socioculturais e geográficas e criar mecanismos para monitorar e avaliar o trabalho. (FENNER et. al, 1988, p. 1350-1)

Ao longo do programa e de acordo com cada contexto, eram feitas mudanças e adaptações nas estratégias. Essas alterações contavam com a contribuição de “várias disciplinas, desde a biologia molecular básica até a tecnologia aplicada e as ciências sociais.” (FENNER et. al., 1988, p. 1.362). Àquela altura já se concluiu que “a pesquisa em tecnologia aplicada e nas ciências sociais são notavelmente negligenciadas e o potencial oferecido pela biologia molecular moderna mal começou a ser realizado.” Na Nigéria, uma das táticas traçadas por essas equipes foi a persuasão e consensos com líderes de povos originários de zonas rurais. Em uma delas, em locais antes de difícil penetração, relatou-se que às 6h de determinado dia da campanha já havia 6.000 pessoas prontas para serem vacinadas. Já no Togo, em determinadas áreas foram feitos cordões de isolamento sanitário com o auxílio das forças armadas, assim como fechamento de mercados e vedação

de eventos públicos. Os métodos utilizados na África não funcionaram na Ásia, apesar de a vacina ser a mesma.

Tal quadro nos remete às reflexões de Florestan Fernandes (1975) acerca da função do ensino da sociologia na então escola secundária (hoje ensino médio), em artigo originalmente publicado nos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre 21 e 27 de junho de 1954, em São Paulo. Dentre os objetivos, se encontra justamente a capacidade de coordenação social. Defendia o sociólogo: “a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes.” (p. 91). Essa necessidade, perene, se evidenciaria “quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias.” (p. 91). Ou seja, há “certas esferas em que uma intervenção racional, com apoio em conhecimentos antropológicos e sociológicos obtidos empiricamente, poderia favorecer a mudança de determinadas atitudes em um sentido desejável.” (p. 92). Alguma semelhança com a bem-sucedida erradicação global da varíola ou com as necessidades de comportamento individual e concerto social que se escancararam com a eclosão da covid-19?

As exigências para a viabilização do isolamento social de simples nada têm, suscitando ações intersetoriais. Se conseguir que as pessoas permaneçam em casa (para as que têm) e o comércio, atividades econômicas classificadas como não essenciais e demais estabelecimentos (templos religiosos, escolas etc.), espontânea ou coercitivamente, interrompam o funcionamento já constitui tarefa árdua, este é apenas um primeiro passo. Passa a ser necessário garantir a sobrevivência das pessoas (como se antes o mercado fosse capaz de fazê-lo) mediante políticas públicas, assim como vislumbrar medidas para mitigar impactos econômicos. A comunicação pública e capacidade de divulgação adequada de informações ganham contornos capitais, havendo ainda os aspectos psicológicos envolvidos na hiperbolização do drama humano, os quais se relevam à medida que a quarentena se prolonga. Em um país como o Brasil, marcado pela diversidade humana e cultural, também não é possível uniformizar as soluções para todos os povos que aqui habitam, a exemplo dos quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Essa breve perspectiva do quadro de relações sociais circundantes ao isolamento traz à tona a necessidade de providências, com o subjacente conhecimento apto a sustentar a assertividade e lidar com os conflitos e complexidades, de caráter político, sociológico, jurídico, econômico, de políticas públicas, de comunicação,

psicológicos e antropológicos situados no campo amplo das ciências sociais e das humanidades.

Às ciências humanas neste contexto cabe reaver seu local, haja vista que, no decurso da história da humanidade, foi ela quem primeiro, integrada a uma forma outra de ver as ciências como um todo, esteve na *linha de frente* para a elaboração de uma metodologia científica.

Os filósofos, por exemplo, na antiguidade clássica já apontavam para a necessidade de um método, assim como no período medieval, e este acúmulo de conhecimento eclodiu nas Revoluções Científicas dos séculos XVI e XVII. Neste período, as ciências humanas ainda integradas ao universo do *conhecimento científico* tinham como expoente do pensamento metodológico filosófico como Descartes, Francis Bacon e John Locke, sem citar tantos outros nomes.

Com a consolidação do capitalismo e a conseqüente fragmentação do conhecimento em áreas, a ruptura do *olhar mais humanizado* para um puramente cientificista e *biologizante*, que poderia ser notadamente considerado como algo típico do senso comum, tornou-se regra. A integração da filosofia, psicologia, sociologia e antropologia à matemática, física e química cedeu lugar para um certo abismo intransponível entre o que seria humano e, portanto, subjetivo e a ciência, aquela que não sofreria interferência do que fosse de *foro íntimo*.

Como se a máxima marxiana fosse apagada e a relação *homem-natureza-trabalho*, de que o homem ao modificar a natureza, modifica a si mesmo a partir de sua atividade, relegada às abstrações distanciadas da realidade social. Contudo, o conhecimento, assim como as metodologias, não se constitui de forma espontânea, sem a mediação da particularidade.

O desenvolvimento histórico do homem em gênero humano, assim como do que ele produz, não é criado senão quando os processos sociais se tornam fruto de decisões coletivas e conscientes na atividade prática (BERNARDES, 2009, 2011; FREIRE, 2016). Essa atividade engendra um movimento diverso das ações espontâneas e imediatas, a saber, a produção pelo homem de meios orientados para satisfazer suas necessidades.

A categoria *atividade*, que tem fundamentos no materialismo histórico-dialético e na Teoria Histórico-Cultural, é entendida como um processo objetivo que organiza as ações humanas e sua principal marca é a intencionalidade dessas ações engendradas a partir de motivos e necessidades (FREIRE, 2016).

Marx (2007) assevera que os homens, a partir de sua atividade material, produzem suas representações e, no desenvolvimento de sua produção e relações

concretas, transformam por meio das possibilidades objetivas o que a realidade lhes oferta, seu pensamento e o produto do seu pensamento, ampliando sua consciência na prática social, numa relação em que o singular e o universal ou o singular e o geral são mediados pela particularidade.

Desta feita, o conhecimento e as pesquisas sobre vacinas, tratamento clínico e alopatia, assim como comportamento e características do vírus, não podem ser separados das práticas e conhecimentos produzidos pela humanidade no decurso de sua história, ao contrário. Deve haver uma intersecção entre a ciência e as humanidades para que a segunda não seja negligenciada ou intencionalmente sufocada.

Um substancial exemplo de entrecruzamento das questões políticas, sociais e humanas com as ciências ditas exatas é o relativo às mudanças climáticas, que hoje colocam em risco a existência da espécie humana caso o rumo não seja radicalmente modificado: entre os fatores a serem observados para explicar índices de dióxido de carbono na atmosfera, temperatura e nível de oceanos, secas, proliferação de determinadas pragas, entre outros dados relevantes para o fenômeno está... a atividade humana. Notadamente a econômica: a forma como nos organizamos e utilizamos os recursos disponíveis no Planeta impacta diretamente a configuração dos elementos existentes no meio que nós observamos para tirar as conclusões científicas.

Mas o que poderia ser um consenso em termos de ação a partir das inferências contundentes da ciência acerca do impacto da atividade humana sobre as mudanças climáticas passa a encontrar barreiras de natureza política e econômica. O ex-Ministro do Meio Ambiente no Brasil, Ricardo Salles, refuta que o ser humano esteja causando o aquecimento global, ecoando as vozes negacionistas do Partido Republicano dos Estados Unidos da América, partido esse com fortes laços com a organização ALEC (American Legislative Exchange Council), formada por políticos conservadores e grandes corporações com a missão de elaborar modelos de legislações e exercer lobby sobre as instituições norte-americanas, com vistas à prevalência de seus interesses econômicos sobre o que quer que seja. A ALEC, conforme o trabalho de Hernandez (2016):

[...] conta com uma impressionante rede de ex-alunos que estão servindo em todos os níveis do governo [...] dando acesso à ALEC para amigos em lugares muito altos, até a Casa Branca. Sete dos que estão atualmente governadores em 2016 eram membros da ALEC no passado, assim como 72 membros da atual Câmara dos Representantes e 13 senadores dos EUA. Ainda mais impressionante, três candidatos à indicação presidencial do Partido Republicano em 2016 tinham laços duradouros com o ALEC:

o governador de Ohio John Kasich, Scott Walker, governador de Wisconsin, e Marco Rubio, senador da Flórida. (HERTEL-FERNANDEZ, 2016, p. 311).

O peso dos aspectos econômico-políticos sobre a produção da ciência e das verdades, assim como os mecanismos pelos quais o mundo opera, desde as suas entranhas até a definição de se alguém almoça ou não hoje ou se continua ou não respirando amanhã devem – por direito – ser compreendidos pelas pessoas em geral, para que não sejam simplesmente enganadas.

A versão de ciência moderna que hoje organiza o conhecimento é estruturada essencialmente a partir da lógica matemática (SANTOS, 2008). Isso significa que é merecedor do *rótulo científico* tão somente aquilo que pode ser quantificado, mensurado, sendo menos fulcral a essência.

Como aspecto correlato a tal lógica, reduz-se tanto quanto possível a complexidade, dividindo-se o que se observa em partes, classificando-as com o intuito de formulação de leis, que se espera sejam universais e permanentes. Essa tarefa viabiliza-se pressupondo-se o isolamento de condições consideradas relevantes para observação do objeto. Anota Santos (2008):

É um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos. A descoberta das leis da natureza assenta, por um lado, e como já se referiu, no isolamento das condições iniciais relevantes (por exemplo, no caso da queda dos corpos, a posição inicial e a velocidade do corpo em queda) e, por outro lado, no pressuposto de que o resultado se produzirá independentemente do lugar e do tempo em que se realizarem as condições iniciais. (SANTOS, 2008, p. 29).

Essas concepções, de acordo com o autor, teriam por necessárias presunções “a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro” (SANTOS, 2008, p. 28), bem como a radical distinção “entre natureza e pessoa humana” (SANTOS, 2008, p. 22), equiparando o mundo a uma máquina programada, plenamente cognoscível e domável.

Há uma frase atribuída ao médico e alquimista Paracelso, que viveu entre os séculos XV e XVI, convertida em ditado popular, a qual diz que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Difícil refutar. Esse mesmo estatuto filosófico de racionalidade e construção de verdades da modernidade ocidental, muito brevemente delineado acima, volta-se ao próprio ser humano e suas coletividades, servindo a um projeto político-econômico que também se vale das noções de classificação, universalização e apropriação, denominado colonialismo.

Almeida (2018) explica que o significado de raça “sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais

e, mais tarde, entre seres humanos.” (ALMEIDA, 2018, p. 24). A raça, assim, “como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI.” (ALMEIDA, 2018, p. 24). Em tal classificação, o homem (com exclusão e dominação também da mulher, sobretudo pela subalternização e apropriação do trabalho doméstico) europeu é o centro, cuja civilização corresponde ao estágio mais avançado de desenvolvimento da humanidade, incumbido da *nobre missão de levar os benefícios dessa condição* aos povos selvagens. Almeida (2008, p. 27) aduz que “esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo”, subjugando-se, pela violência, os povos das Américas, da África, da Ásia e da Oceania.

O advento do positivismo na Europa do século XIX potencializa a mecanização do que é humano, que passa de objeto filosófico a objeto científico, surgindo as teorias calcadas em fatores biológicos ou geográficos “para explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças.” (ALMEIDA, 2008, p. 29). Essas concepções caminham *pari passo* com a partilha da África pela Conferência de Berlim de 1884 e, aqui, sugerimos à leitora ou ao leitor que, com a advertência da necessidade de ter estômago para tanto, procurem saber quem foi o Rei Leopoldo II da Bélgica e o que ele perpetrou no Congo durante referido período.

Embora o conhecimento científico não seja intrinsecamente ruim ou prejudicial, trazendo, pelo contrário, enormes benefícios em muitos campos, a sua exacerbação e desvirtuamento para explicar todo e qualquer fenômeno, inclusive os humanos e sociais, através das mesmas ferramentas cognitivas, marginalizando-se outros estatutos científicos que se opõem ou outras formas de conhecimento que se revelam, acabam por se converter em ideologia para acobertar intenções e práticas nefastas, homogeneizantes e estratificadoras, desqualificando-se questionamentos, críticas e o que não se adapta aos ditames impostos socioculturalmente.

Não obstante, no seio da própria sociedade europeia aparece ampla crítica à forma de alcançar conhecimento acerca do ser humano e das coletividades através dos parâmetros científicos então vigentes, paralela à crítica à própria forma predatória e injusta de produção e organização social, capitaneadas, sobretudo, pela obra de Karl Marx. Netto (2009) explica que o pensador alemão se dedicou à “reelaboração crítica do acúmulo cultural realizado a partir do Renascimento e da Ilustração” (NETTO, 2009, p. 9), tendo como um dos alicerces de sua forma de ver

o mundo a concepção “de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (NETTO, 2009, p. 14).

O conhecimento teórico consistiria, para Marx, na reprodução da realidade no campo das ideias: conhecer significaria traduzir o movimento real de determinado objeto observado nas múltiplas relações que ele adquire, a se compreender a sua estrutura e dinâmica. Outro fundamento primordial é a noção expressa pelo binômio totalidade-complexidade, entendida como a interligação estruturada e articulada entre elementos que compõem um todo, porém não meramente como partes funcionais, mas como universos relativamente autônomos que convivem e guardam relações, por vezes contraditórias e não lineares.

Destacamos ainda o conceito fundamental de dialética, que alberga os princípios da contraditoriedade e da negação da negação. Expõe Oliveira (2001, p. 15) que “um determinado fenômeno se constitui de polos opostos e, ao mesmo tempo, complementares”, não excludentes entre si. A contradição é abraçada e vista como inerente ao movimento de transformação, em uma dinâmica processual de formação de sínteses. A negação da negação implica a superação por incorporação, na qual a mudança conserva e transforma a forma e o conteúdo do objeto, “conservando suas bases válidas e rompendo seus limites” (OLIVEIRA, 2001, p. 16), constituindo a essência da crítica.

Ditas ferramentas de apreensão e explicação da realidade chocam-se frontalmente com o estatuto vigente para a elaboração de conhecimento científico, principalmente acerca do humano e do social, pois rompem com as ideias de estaticidade, passividade, simplificação, dualismo do verdadeiro/falso, certo/errado, isso/aquilo e isolamento arbitrário de condições para estabelecer relações causais simples, próprias do estatuto científico clássico. O mantra da verdade também é descartado, sem que para isso se renuncie à objetividade e validade do conhecimento produzido. Segundo Netto (2009):

Entretanto, essa característica não exclui a objetividade do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação da sua verdade, instância que é a prática social e histórica. [...] não uma “lei” no sentido das leis físicas ou das leis sociais durkheimianas “fixas e imutáveis”, mas uma tendência histórica determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências. (NETTO, 2009, p. 10).

As implicações políticas da matriz filosófica crítica europeia acima rascunhada não são difíceis de serem imaginadas. Com efeito, as concepções de processualidade, movimento, complexidade e contradição são verdadeiras afrontas aos interesses daqueles que visam estabelecer a ideia de que o mundo goza de estabilidade e ordem, necessária para que as estruturas e relações permaneçam como estão. Por outro

lado, aqueles fundamentos conferem à realidade social um caráter histórico, nos colocam como fruto das relações sociais concretas travadas ao longo da atividade humana no mundo. Isso faz com que o estado de coisas social e mesmo a nossa ideia do que somos percam o caráter de naturalidade e passem a ser o resultado de decisões, arranjos, fatores político-econômicos e culturais.

Freire (2018, p. 51) exemplifica precisamente esse modo de entender o humano e as coletividades ao assinalar que somos “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixa e indignidade”. Por isso, arremata o autor: “a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade” (FREIRE, 2018, p. 52).

É através do juízo crítico e da devida atenção aos fatores humanos e sociais que se rechaça que mortalidade e crise são problemas naturais ou do vírus. Do mesmo modo como Chalhoub (2017, p. 145) afirma que “a morte, afinal, é uma doença social”, ao constatar que a varíola era avassaladora em alguns povoados por causa da miséria e desnutrição, no atual momento é nosso entender que a crise é ocasionada pela incapacidade sistêmica de mobilização de recursos públicos, implementação de políticas sociais e capacidade de resposta de sistemas e instituições públicas, oriundas do desmonte estatal e de segurança social promovido pelo neoliberalismo nas últimas décadas. Em outras palavras, “o vírus é o produto da natureza, enquanto a crise é o produto do neoliberalismo” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 9). Mais do que isso, a crise acentua “a questão fundamental da invasão humana nas florestas e o equilíbrio entre a civilização (agricultura e cidades) e a natureza.” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 8).

Nesse diapasão, Santos (2010) constata que a modernidade ocidental ergueu dois muros (ou cavou dois abismos) entre si e os povos que conquistava: o do conhecimento e o do direito. Em um lado da fronteira (o europeu), debate-se a diferença entre verdadeiro e falso, mas do outro lado há apenas o inexistente. De um lado, a distinção entre certo e errado, legal e ilegal; do outro, não há que se falar em direitos: existe apenas a selva, a lei do cão. Assim, “do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para inquirição científica” (SANTOS, 2010, p. 34).

Colateralmente, “com base em suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão era: os índios têm alma?” (SANTOS, 2010, p. 37). Sendo negativa a resposta, não há grande comoção com todo o tipo de violência e espoliação a que foram submetidos, tampouco com a morte de 1 milhão de ruandeses e o estupro de 500 mil ruandesas em apenas cem dias em 1994. No mundo dos algoritmos, da tecnologia alheia ao “*para quê?*” ou “*para quem?*”, dos remédios e das formas geométricas bem definidas, naturaliza-se a classificação, hierarquização e objetificação entre pessoas, povos e corpos.

Eis um exemplo de classificação e hierarquização promovida pela fita métrica dos economistas. O Banco Mundial (2020), em seu Relatório Semestral sobre a região da América Latina e Caribe – A economia nos tempos de covid-19 –, fez uma recomendação para se gerenciar o equilíbrio entre a perda de vidas humanas – que o organismo chama de custos sanitários – e as perdas econômicas. A sugestão é adotar o índice de taxa de mortalidade (CFR, em inglês), que indica qual porcentagem de infecções leva a óbito. Segue, na íntegra, a proposição: “Quando a CFR é alta, a prioridade absoluta é conter os custos sanitários; por outro lado, uma CFR mais modesta justifica maior atenção aos custos econômicos.” (BANCO MUNDIAL, 2020). As perguntas que fazemos são: qual é o limite que determina se uma taxa de mortes é considerada alta ou baixa? Terá o indicador o mesmo parâmetro no Norte e no Sul global? As vidas humanas – em comparação aos custos econômicos – valem o mesmo em ambos os hemisférios? E o mais importante a se questionar: do ponto de vista ético e moral, quais as implicações de se considerar a mera existência de uma taxa de mortalidade aceitável?

Tal como erguer muros ou cavar buracos não resolverá o problema com a covid-19 ou qualquer outro vírus, a doença maior a que foi acometida a espécie *homo sapiens* – nossas concepções e práticas individuais e coletivas –, a qual coloca a sua permanência na Terra em risco, somente nos afigura possível de ser remediada e imunizada através, justamente, da derrubada dos muros.

Assentes em tais premissas, acreditamos que essa tarefa corresponde a aprofundar a crítica, que requer “incorporar a diversidade e a multiplicidade de culturas, formas de conhecer, pensar e viver, dentro do conjunto das redes de vida como alternativa para responder a essa crise civilizatória.” (LANDER, 2016, p. 216). Na canção “Amarelo”, do cantor Emicida, interpretada em conjunto com as artistas Pablllo Vittar e Majur, há um trecho em que se diz: “por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes. Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes. É dar o troféu *pro* nosso almoz e fazer *noíz* sumir”. Outras formas

de conhecer, pensar e viver devem derrubar os muros e abismos que relegaram à invisibilidade os povos cuja existência tentou ser negada pela forma colonial e hegemônica.

Krenak (2019) vislumbra caminhos através dos quais a crítica à hegemonia pode se aprofundar, na seguinte passagem:

[...] deveríamos admitir a natureza com uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser. Esse contato com outra possibilidade implica escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como “natureza”, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela. Tem alguma coisa dessas camadas que é quase humana: uma camada identificada por nós que está sumindo, que está sendo exterminada da interface de humanos muito-humanos. Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida. (KRENAK, 2019, p. 78-9).

Em que pesem as questões inúmeras suscitadas para que se tenha uma vacinação eficaz da população, a vacina para o coronavírus deve, com toda justiça, ser muito comemorada, com os legítimos créditos à ciência e ao conhecimento que a viabilizaram. Mas será ilusão acreditar que estamos a salvo, que a crise foi superada e que se encerrará a quarentena do *apartheid* cotidiano. As mentiras sinceras não mais interessam.

POLÍTICAS PÚBLICAS – CONHECIMENTO TÉCNICO E HUMANO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

O enfrentamento da atual crise social e econômica – e por que não dizer também moral –, amplificada ao seu nível máximo pela crise sanitária da covid-19, exige urgentes ações tais como pesquisa, desenvolvimento e distribuição de uma vacina, medidas de isolamento social adaptadas aos contextos locais, redistribuição de renda e mecanismos de proteção social a todos os cidadãos, mitigação dos danos ambientais deflagrados pela atividade humana, entre outras. Fica claro o quanto tais ações mobilizam diferentes áreas do conhecimento sobre o ser humano e a natureza, porém, se fosse necessário classificá-las sob o mesmo rótulo, poderíamos afirmar: são todas políticas públicas.

O termo “políticas públicas” cada vez mais tem ganhado espaço e sido alvo de reivindicações e debates. Seja em seu “habitat natural” – o espaço político –, seja na mídia, nas universidades e, principalmente, na sociedade civil, há um consenso de que necessitamos de políticas públicas; os debates e conflitos de interesses se darão em torno de quais tipos de políticas e por quais caminhos alcançá-las. Antes de nos aprofundarmos no debate sobre a importância e complexidade das políticas públicas, principalmente no atual contexto político, econômico e sanitário, convém entender como este jovem campo do conhecimento se desenvolveu e se colocou a serviço da sociedade e seus complexos e intrincados problemas.

Se as ciências humanas, organizadas como conhecemos, são jovens – datam da segunda metade do século XIX –, as ciências da “administração pública” ou “políticas públicas”, constituídas como um campo próprio, ainda estão engatinhando. Tal constatação, porém, não diminui em nada a validade destas ciências em nos oferecer teorias e modelos analíticos que auxiliem na compreensão e transformação do mundo atual. Ao contrário disso, o surgimento de uma disciplina que se ocupa diretamente em analisar a ação do Estado e suas relações com a sociedade civil mostra a importância do desenvolvimento das ciências sociais em consonância com as principais mudanças na sociedade.

Conforme analisam Laville e Dionne, é no século XX, de intensas transformações sociais, como as duas guerras mundiais, as crises econômicas, como a da década 1930, os conflitos ideológicos, representados principalmente na oposição entre capitalismo e socialismo, e o agravante crescimento das desigualdades ao redor do planeta, que se dá a “explosão das ciências humanas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 54)

O Estado, independentemente de seu formato, tamanho e nível de ingerência, não deixa de ter o seu papel como o ente que regula os conflitos e organiza a vida em sociedade. A depender do tempo e espaço, forças operam para que este papel seja ampliado ou reduzido. Entender o funcionamento deste “organismo”, que na visão do filósofo inglês Thomas Hobbes pode ser caracterizado como um monstro – o grande Leviatã –, é de vital importância. Em um contexto de globalizada crise econômica, política e social, elevada a nível máximo por uma pandemia, tal importância se multiplica exponencialmente.

As políticas públicas como campo de conhecimento específico e multidisciplinar são oriundas de outro ramo das ciências sociais, a ciência política, e passaram a se estruturar como um campo próprio a partir da segunda metade do século XX.

Souza (2006) revela que a política pública se introduziu na política como ferramenta das decisões do governo no contexto da Guerra Fria e da valorização da

tecnocracia. Em 1948, Robert McNamara, empresário e político norte-americano, fundou a RAND Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos e que, por meio do trabalho de cientistas políticos, sociólogos, matemáticos, engenheiros, analistas de sistemas, entre outros, buscava mostrar como uma guerra podia ser conduzida de forma racional. Posteriormente, a utilização de métodos científicos aplicados às decisões do governo sobre problemas públicos se expande, inclusive para a área das políticas sociais.

É, portanto, nos Estados Unidos da década de 1950 que a concepção de políticas públicas como ciência começa a despontar, baseando-se em uma variedade de disciplinas, métodos e enfoques, buscando explicar o sucesso de determinadas políticas públicas e o fracasso de outras. No âmbito acadêmico, destaca-se como a primeira publicação a tratar deste assunto uma coletânea de artigos organizados por Harold D. Lasswell e David Lerner, em 1951, que relacionavam a ciência da política pública com conteúdos e metodologias de outras disciplinas. (RODRIGUES, 2010)

Conforme aponta Tronco (2018), as políticas públicas como campo de estudo, tal qual as demais ciências sociais que lhes deram corpo, nasceram com uma abordagem empírico-positivista. Segundo o autor, Harold Lasswell – um dos fundadores da política pública – foi pioneiro em pensar como deveriam ser os profissionais que guiarão a sociedade rumo ao alcance do bem-estar – os analistas de políticas públicas. Para Lasswell, o fato de os gestores públicos utilizarem como base comum a ciência e a razão seria o suficiente para guiar a humanidade por um caminho virtuoso, produzindo respostas exatas, sem margem de dúvidas, para os problemas públicos.

Assim surgiram nos EUA centros de estudos de políticas públicas dedicados a avaliar e aconselhar as ações governamentais, cujo auge fora alcançado nos anos 1960/1970. A partir daí, com experiências mostrando que as políticas públicas não se resumem a uma racionalidade técnico-científica, a fase empírico-positivista deste campo do conhecimento foi perdendo força (TRONCO, 2018).

As políticas públicas se enveredaram, então, por uma vertente pós-positivista, que coloca em foco, tanto na produção quanto na análise de políticas públicas, “o primado das ideias e a centralidade do discurso, da argumentação e da interpretação” (JOHN, 1999 apud FARIA, 2003, p. 23) Nos anos 1990, ocorreu na literatura de diversas áreas que se relacionam com políticas públicas a chamada “virada ideacional”. Essa concepção assume uma postura crítica em relação aos limites das explicações baseadas no institucionalismo e entende que para se explicar os processos decisórios é necessário incluir como variável as ideias dos atores

políticos. Grosso modo, como resumem Perissinotto e Stumm (2017, p. 121), é defender que “ideias importam”.

Assim, gradativamente foi se deixando de lado a ideia do formulador de políticas públicas como um profissional demiurgo, que, sentado em seu gabinete e dotado de todo o conhecimento específico sobre determinada temática, bastaria aplicar as ferramentas da matemática, estatística, economia, engenharia e demais ciências para produzir uma resposta eficaz a determinado problema público. Entendeu-se que o processo de elaboração e implementação de uma política pública é muito mais complexo e menos linear do que se supunha, envolvendo, em diversos níveis, um emaranhado de atores, conflitos e recursos.

Conforme sintetiza Marques, ao analisar os deslocamentos do enfoque da ciência política sobre as políticas públicas,

[...] se pudesse destacar um único elemento que sumaria esses deslocamentos, este seria a crescente politização do processo de produção de políticas públicas, entendidas cada vez mais como processos complexos, atravessadas por dinâmicas de poder, embora em constante interação com ambientes institucionais, relacionais e cognitivos que as cercam, ambientes esses também construídos ativamente pelos atores. (MARQUES, 2013, p. 24)

Entender essa abordagem pós-positivista das políticas públicas é de extrema importância para analisar o contexto atual, pois faz cair por terra o “reinado da tecnocracia” e esvazia o discurso de líderes públicos que afirmam serem oriundos de fora da política, – como se política se desse apenas no espaço institucional dos três poderes e como se tal condição de *outsider* automaticamente lhes conferisse um certificado irrevogável de ética e competência. Há ainda os que prometem como plano de governo suprir os seus ministérios com os melhores técnicos de cada área, insistindo nesta já superada dicotomia decisão técnica *versus* decisão política.

NEOLIBERALISMO, PROGRESSO E O ESPETÁCULO

Análises precisas necessitam de observação, calma e contemplação. É impossível desfrutar desses três requisitos, juntos, no cotidiano de um período histórico. Especialmente quando o campo de pesquisa se concentra no espaço-tempo no qual um Ministro da Educação afirma categoricamente que não quer “sociólogo, antropólogo e filósofo com o meu [dele] dinheiro”. Pois bem, escrevemos para o registro histórico e contra a barbárie explícita, reforçando nosso compromisso social.

América Latina: endereço histórico de uma barbárie que começou sincronicamente à chegada dos primeiros colonizadores. O equilíbrio entre sociedades e meio, trabalhado por séculos de civilizações originárias, foi bruscamente rompido. O continente que sobreviveu a outras epidemias, saques e invasões tornou-se, no final do mês de maio de 2020, o epicentro da covid-19, epidemia que é um dos reflexos da degradação ambiental – um dos pilares da matriz econômica vigente. Com um índice de GINI em aproximadamente 0,5, a região é apontada pela Organização das Nações Unidas como a mais desigual do planeta. Marcada por acumulação de riquezas e terras, grandes latifúndios e má distribuição da renda, lidamos, em verdade, com uma outra espécie de epidemia, muito mais duradoura, que vem sendo escancarada: o neoliberalismo.

Trata-se de uma uniformização de diferentes aspectos, que incluem ideologia, política, economia etc. e têm como a baixa agência do Estado. Na lógica neoliberal, a relação Estado e mercado é caracterizada como um grande mentecapto histórico: países de capitalismo primário concentram sua produção fabril nos de capitalismo tardio com o advento das chamadas empresas multinacionais. O capital passa a correr fluidamente, para além de fronteiras, demarcando o controle hegemônico.

Na América Latina os sintomas do neoliberalismo foram especialmente sentidos após o passado ditatorial comum a todos os países, nos anos correspondentes à Guerra Fria no Norte global. Foram sentidos também devido às diferenças regionais nas relações internas e externas.

Zibechi (2020)¹ compara a desigualdade contemporânea com a desigualdade da Idade Média, “quando os ricos corriam para suas casas de campo, quando se anunciava a peste, enquanto os pobres eram deixados sozinhos, prisioneiros da cidade contaminada, onde o Estado os alimentava, isolava, bloqueava e vigiava”. Complementa a comparação, em níveis de isolamento social, com o modelo panóptico carcerário digitalizado, no qual as relações humanas são suspensas com uma aparente estratégia do capital para manter o controle, ainda que em iminente transição sistêmica – e sobre isso trataremos adiante.

Vale fazer também uma volta a tempos remotos: não nos esqueçamos que a Primeira Revolução Industrial foi financiada pelas Minas Gerais brasileiras durante o auge do ouro e da dominação do comércio mundial pelos ingleses, por meio da riqueza que o tráfico de escravos gerou a cidades como Londres, por exemplo, como defende o historiador Eric Williams. Essa dominação fez também a Inglaterra não apenas apoiar, mas também incentivar Brasil e Argentina na guerra contra um país que começava a se destacar pela autonomia no continente, o

¹ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/597097>

Paraguai. Por que essa reflexão nos faz necessária? Para entendermos os processos de imperialismo e subimperialismo.

Brown (2019) defende a tese de que o crescimento de comportamentos autoritários foi legitimado pelo afeto e pelo ressentimento de uma fração de classe. Sua análise abarca apenas o caso norte-americano, mas tem aplicabilidade ao Brasil a partir da lógica da *antipolítica*. Os dois países têm aspectos que se assemelham, em especial, no âmbito regional: ambos exercem papel hegemônico e viveram uma alta econômica por um período, seguida por crises financeiras e políticas. No caso brasileiro, dados sugerem um processo chamado de “miolo espremido”, no qual

[...] enquanto os 50% mais pobres aumentaram sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 1% mais ricos subiram a sua parcela de 25% para 28% (...). Fica claro que quem perdeu com o processo de crescimento do período foi o meio da pirâmide: os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34 para 32% no mesmo período (CARVALHO, 2018, p. 50-51).

A questão central aqui é que não coincidentemente EUA e Brasil, países que estabelecem papel hegemônico (em especial em suas regiões), são hoje comandados por líderes que não sabem lidar com a epidemia e nem mesmo com o *ethos* político. São fruto do ressentimento de parcela da população diretamente atingida pelo neoliberalismo, que não afeta de maneira negativa apenas as regiões mais pobres economicamente.

Analisemos o exemplo no trecho anteriormente exposto por Carvalho imaginando uma pirâmide: uma pequena minoria que estava no topo, lá permaneceu e ainda cresceu. A base, também. Para que os números batam e o total permaneça, alguém saiu perdendo: a classe média. Ainda em consonância com Carvalho, houve também a inclusão no mercado de trabalho formal de uma mão de obra menos qualificada, que aumentou o salário e o poder de barganha. O resultado? Queda do exército de reserva, enfraquecimento dos movimentos sociais e de sindicatos e, em uma última instância, a despolitização. Cresceram os discursos supostamente neutros – embora a neutralidade não exista em si nem para si – e “apolíticos”.

O caso brasileiro recebe destaque pela péssima gestão da crise. Os primeiros casos serviram para o discurso raso dos agentes da *sociedade do espetáculo* (DEBORD, 1997). Na onda das mídias sociais, *influencers*, em geral brancas (os), de bairros nobres, com constante acesso a viagens internacionais, usaram de seus locais de exposição para defender um discurso que o vírus não tem classe ou que estamos todos no mesmo barco. Será mesmo? *Spoiler*: não. Afinal, o fenômeno da alta de influencers se relaciona com o consumo de emoções, da venda de uma imagem de felicidade e bem-estar. De retoques, de filtros. Afinal “o capitalismo

do consumo introduz emoções para criar necessidades e estimular compras [pois] não consumimos coisas, mas emoções [...], e emoções são utilizadas como matéria prima para otimizar a comunicação” (HAN, 2018; p. 66-67).

As narrativas sobre o desenrolar da doença e suas consequências mudaram ao longo das semanas. O professor da Universidade de São Paulo, Ricardo Alexino, defendeu em debate virtual realizado no início de maio que há um processo de diferenciação de ciência e *pseudociência* desde meados do século XIX na sociedade brasileira, em especial no que diz respeito ao prestígio. O jornalismo do país historicamente se compromete muito mais com as demandas da elite econômica do que com processos sociais.

Um exemplo claro é em relação às recomendações oficiais nas primeiras semanas: o aconselhado era, sobretudo, não usar o transporte público. Ora, quem pode escolher usar ou não metrô, ônibus, trens etc. – geralmente com superlotação – em seu dia a dia? Outro elemento interessante é o próprio isolamento: é seguro ficar em casa. Para quem? Para os que têm moradia, preferencialmente com poucos habitantes e com saneamento básico. Favelas? Cortiços? Moradores de rua? População ribeirinha?... Parece claro que o discurso é bastante mobilizador, mas eficiente apenas para uma fração de classe. Nesse ponto, as recomendações beiram um positivismo dogmático, que não considera os múltiplos fatores sociais. Cabe aqui ressaltar o importante papel das ciências sociais.

Em seu livro *Como conversar com um fascista*, de 2015, a filósofa Márcia Tiburi dedica um capítulo à explicação sobre como a televisão afeta o comportamento dos cidadãos médios e como é um potente analgésico social. Em suma, a autora defende que a televisão, ao mostrar a desconexão com o mundo real, ativa um sentimento de inveja (e, vejam bem, inveja é bem diferente de desejo porque leva à inércia e à impotência). Com o crescimento do uso de mídias sociais no país, esse efeito fica ainda mais notável. Fica condensado na forma de ressentimento, de afeto negativo. Isso nos abre ao debate do acesso às redes. No Brasil, o acesso à internet cresceu nos últimos anos. A questão é a qualidade sobre esse acesso, medida por meio da geografia digital. Magalhães (2020) aponta, em análise no Data Activism sobre a cidade de São Paulo — que possui 12 milhões de habitantes —, que

[...] a conectividade é superior à média nacional, atingindo 79% dos domicílios . Porém, somente a conectividade, no entanto, não é suficiente para garantir que as pessoas possam se beneficiar da Internet. Além disso , a Internet é relevante quando as pessoas têm as habilidades e a confiança necessárias para usá-la. Em São Paulo, as oportunidades de acesso e uso da Internet aparecem segregadas no território urbano, seguindo o padrão das desigualdades estruturais existentes. Isso sugere que, no caso

de São Paulo, as desigualdades relacionadas ao mundo digital são condicionadas pela matriz de vulnerabilidades que afetam famílias e domicílios no território urbano, onde os padrões observados reproduzem desigualdades intra-urbanas. (MAGALHÃES, 2020)

Isso significa que essa ampliação vem, em geral, no uso de *smartphones* com internet restrita. Não há educação digital. Tal fato pode ser sentido empiricamente na dificuldade de medidas de educação remota, proposta pelos agentes políticos. De forma ampla, a população usa a internet na forma das mídias sociais. A sociedade, seja do espetáculo, seja da transparência, ganha cada vez mais forma.

O perfil de uso da internet pelos brasileiros é um caso emblemático. O DataReportal de 2020 mostra que 72% da população da América do Sul possui acesso à internet e 67% possuem redes sociais. Ou seja, quase todos os usuários com acesso à internet têm redes sociais, o que torna o continente um *hard user* das plataformas em comparação com outros. O Brasil mantém o mesmo padrão, que não é compartilhado em outros países mundo afora. O tempo médio gasto diariamente com mídias digitais é de três horas e cinquenta e um minutos e as plataformas mais visitadas são *YouTube*, *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*.

A sociedade do espetáculo de Debord (1997) é a que investe em ser cada vez mais *transparente* no sentido dado por Byung-Chul Han. Valoriza-se cada vez mais que as coisas e situações tornem-se transparentes quando são positivas, quando conseguem se encaixar sem quaisquer entraves à superficialidade do capital, da informação e da comunicação, tornando-se, dessa forma, operacionais.

Não por coincidência, o filósofo afirma que “hoje o sistema social submete todos os seus processos a uma coação por transparência, para operacionalizar e acelerar os processos [sociais de igualamento por meio do dinheiro]” (BYUNG-CHULL HAM, 2017, p.11). Essa transparência acarreta, em situações mais extremas, o apagamento do outro, quiçá do *ver* o outro, abrindo espaço para um crescente totalitarismo, exposto nos discursos sejam sociais, sejam de agentes governamentais. O encontro dessas duas formas sociais anuncia, quiçá, uma Sociedade do *Ultraespetáculo*.

Outra aproximação possível entre Byung-Chul Han e Guy Debord é que o primeiro defende que a comunicação digital favorece uma carga imediata de afetos e que o capitalismo próprio da sociedade do espetáculo – ou seja, a ideologia materializada que se confunde com a realidade – explora exatamente as características da emoção (quais sejam: dinâmica, situacional e performativa).

Esse novo arranjo social nos leva de volta ao fenômeno de *influencers* e o discurso sobre estarmos no mesmo barco. Se resolvermos de fato abraçar a analogia

com as embarcações, podemos até dizer que atravessamos uma tempestade em alto mar, mas alguns estão em um grande cruzeiro, enquanto outros passam em uma canoa. Os números são claros: nas primeiras semanas de isolamento o vírus matava muito mais no bairro do Grajaú, extremo sul periférico de São Paulo, do que no Morumbi, bairro rico da mesma cidade.

Para ficar mais didático, trazemos os números apresentados no dia 16 de junho de 2020: um estudo realizado na Grande São Paulo pelo laboratório de visualização urbana Medida-SP, que viralizou após ser apresentado em portais de notícia, mostra que, de 3959 mortes registradas pela covid-19, mais da metade, especificamente 65,9%, eram pessoas com renda de até R\$ 3.000. No lado oposto, apenas 1,2% dos óbitos se deram em pessoas cuja renda ultrapassa os R\$ 19.000. O gráfico permite o olhar mais detalhado:

Figura 1 – Taxa de mortalidade de acordo com a renda



Fonte: G1 – DATASUS, Censo 2020 e Medida SP

CONCLUSÃO

Há algumas circunstâncias que podem ser úteis para o entendimento da situação: a primeira é a própria falta de possibilidade material de isolamento social. Com o fenômeno da “uberização do trabalho”, da degradação das relações trabalhistas e da dificuldade de acesso ao auxílio, percebemos a fração de classe mais exposta aos riscos da doença. Outro fator é a sobrecarga dos leitos e hospitais e a subnotificação.

O conceito de uberização do trabalho – esse já esvaziado de sentido após anos de deturpação do capital – merece atenção especial porque representa o novo

modelo de trabalho e gestão, marcado pela intensificação e precarização da venda de mão de obra. Não vem sozinho, acompanha a terceirização e a flexibilização das leis de trabalho. Consiste em “um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva” (FRANCO, FERRAZ, 2019; p. 02), e fica bastante palpável com as novas leis trabalhistas e com a priorização da economia em detrimento da proteção da vida, observados durante o período de quarentena.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Marcelo Perine. Coment. Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002. v. II. 185 p.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe**. A economia nos tempos de covid-19. Abril, 2020
- BERNARDES, M. E. M. Ensino e aprendizagem como unidade dialética na atividade pedagógica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 2, p. 235-242, jul./dez. 2009.
- BERNARDES, M. E. M. Atividade educativa, pensamento e linguagem: contribuições da psicologia histórico-cultural. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 323-332, jul./dez. 2011.
- BERNARDES, M. E. M; MOURA, M. O. Mediações simbólicas na atividade pedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 463-478, set./dez. 2009.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil** (de 25 de março de 1824).
- BRASIL. **Lei de 1º de outubro 1828**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario. Acessado: 10 de fevereiro de 2021.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, p. 28, 2019.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**- 2ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FARIA, C. A. P. **Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 18, nº 51, fevereiro, 2003

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FENNER, F.; HENDERSON D. A.; ARITA, I.; JEZEK, Z.; LADNYI, I. D. **Smallpox and its eradication**. Geneva, World Health Organization, 1988.

FERNANDES, F. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. In: FERNANDES, F.. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1975. Originalmente publicado nos Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia, 21-27 de junho de 1954, em São Paulo.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Família abre caixão em velório e cinco são contaminados por Covid-19 na Bahia**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/familia-abre-caixao-em-velorio-e-cinco-sao-contaminados-por-covid-19-na-bahia.shtml>>. Acessado em: 02/07/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ministro do Meio Ambiente vai se reunir nos EUA com grupo que rejeita aquecimento global**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/ministro-do-meio-ambiente-vai-se-reunir-com-negacionistas-do-aquecimento-global-em-washington.shtml>>. Acessado em: 27/06/2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Sandra Braga. **A mediação do conhecimento teórico-filosófico na atividade pedagógica: um estudo sobre as possibilidades de superação das manifestações do fracasso escolar** / Sandra Braga Freire; orientação Maria Eliza Mattosinho Bernardes. São Paulo: s. n., 2016. 183 p. ils.; anexos.

- HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HENDERSON, D (2009). **Smallpox: the death of a disease**: Prometheus Books.
- HERTEL-FERNANDEZ, A. W. 2016. **Whose Bills?** Corporate Interests and Conservative Mobilization Across the U.S. States, 1973-2013. Doctoral dissertation, Harvard University, Graduate School of Arts & Sciences.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Coronachoque: um vírus e o mundo**. Dossiê nº 28, maio de 2020.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LANDER, E. Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999
- MAGALHÃES, L. G. **[BigDataSur-COVID] A pandemia e a nova ordem sociodigital no Sul Global: O caso de São Paulo**. Junho 2020. Disponível em: <https://data-activism.net/2020/06/bigdatasur-covid-a-pandemia-e-a-nova-ordem-sociodigital-no-sul-global-o-caso-de-sao-paulo/>. Acessado em 20/07/2020
- MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. *In*: MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Orgs). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CEM, 2013
- MARX, K. **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 119 p.
- MEADE, T. **Community protest in Rio de Janeiro, Brazil, during the First Republic, 1890-1917**. Tese de Ph D., Rutgers University, 1984.
- NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *In*: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal**. Disponível em: <http://stoa.usp.br/mpp5004/files/1/18602/ADialecticaDoSingularParticular>. Acessado em: 20/10/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da ONU mostra que 1 milhão de espécies de animais e plantas enfrentam risco de extinção.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-da-onu-mostra-que-1-milhao-de-especies-de-animais-e-plantas-enfrentam-risco-de-extincao/>. Acessado: 27/06/2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Em Dia mundial, ONU Habitat defende políticas habitacionais e moradias acessíveis.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-onu-habitat-defende-politicas-habitacionais-e-moradias-acessiveis/> . Acessado: 02/07/2020.

PERISSINOTTO, R.; STUMM, M. G. **A virada ideacional:** quando e como ideias importam. *Revista Sociologia e Política*, v. 25, nº 64, p. 121-148, dez, 2017

PROJETO COMPROVA. **Foto de caixão vazio não é atual e nem foi tirada no Amazonas.** Disponível em:

<https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/foto-de-caixao-vazio-nao-e-atual-nem-foi-tirada-no-amazonas/>. Acessado: 02/07/2020.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 5ª ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n 16, jul/dez, 2006.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista.** Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro, Rio de Janeiro, Record, 2015.

TRONCO, G. B. **O guia de políticas públicas para estudantes e gestores.** Porto Alegre: Jacarta Produções, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas, IV.** Madri: Visor, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas, II.** Madri: Visor e MEC, 1993.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. 496 p.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 191 p.